



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 02/2023

Período: 04/02/2023 – 10/02/2023

GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ

- 1- Controladoria-Geral da União analisa quebra de sigilo de processo disciplinar de Pazuello
- 2- Nova presidente da Comissão de Anistia avaliou os atos golpistas de 8 de janeiro
- 3- A ausência de punição a militares nos atos golpistas de 8 de janeiro
- 4- A atuação das Forças Armadas na crise humanitária na Terra Indígena Yanomami
- 5- Cerimônia em Brasília marcou a troca de comando do Exército
- 6- Em entrevista, ex-ministro da Defesa avaliou politização das Forças Armadas

1- Controladoria-Geral da União analisa quebra de sigilo de processo disciplinar de Pazuello

De acordo com os jornais *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, mediante despacho assinado pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a Controladoria-Geral da União (CGU) está avaliando 234 processos colocados sob sigilo de 100 anos durante o governo do ex-presidente, Jair Bolsonaro. Entre tais documentos, encontra-se o processo disciplinar instaurado pelo Comando do Exército em 2021 para apurar a conduta do ex-ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, por ter participado de ato político junto a Bolsonaro. Na época, o sigilo foi justificado em razão de conter informações pessoais do militar. Segundo o *Correio*, “a nova orientação da CGU passa a recomendar a abertura de processos disciplinares contra servidor público militar ou civil (desde que concluído, ou seja, já julgado)”. Em editorial, o jornal *Folha de S. Paulo* avaliou que a indicação de Pazuello para a chefia da pasta da Saúde, em plena pandemia da covid-19, “[...] foi um dos casos mais aberrantes da militarização da máquina governamental promovida pelo ex-presidente”. O jornal ponderou que Pazuello não foi punido por ter participado de ato político, conduta vedada a militares da ativa, por ordem de Bolsonaro. Assim, a *Folha* considerou que, embora a quebra do sigilo possa constranger a cúpula militar, ela é necessária para esclarecer o ocorrido e, principalmente para elucidar “[...] questões relevantes para o bom andamento da democracia”. O jornal afirmou que a participação de militares da ativa em cargos da administração pública prejudica as Forças Armadas e a democracia. Ademais, considerou importante que o Congresso Nacional retome a tramitação da proposta de emenda constitucional (PEC), que regula a participação de militares da ativa em funções governamentais. Também em editorial, *O Estado* avaliou que a ação da CGU é essencial para garantir o respeito à transparência e reforçar que “O poder estatal não pode ser exercido em nome de interesses particulares”. (*Correio*

Braziliense – Política – 04/02/23; Folha de S. Paulo – Opinião – 06/02/23; O Estado de S. Paulo – Política – 04/02/23; O Estado de S. Paulo – Opinião – 08/04/23)

2- Nova presidente da Comissão de Anistia avaliou os atos golpistas de 8 de janeiro
Em reportagem, o jornal *Folha de S. Paulo* noticiou a avaliação da atual presidente da Comissão de Anistia, a professora Enéa de Stutz e Almeida, a respeito dos atos golpistas de 8 de janeiro. Segundo ela, os recentes acontecimentos revelam a negligência com o passado da ditadura militar no Brasil (1964-1985), assim como a “[...] falta de responsabilização por crimes cometidos por agentes do Estado”, fazendo com que a postura negacionista resulte em violência. Stutz também considerou que a Comissão de Anistia teve seu papel deformado, especialmente nos governos dos ex-presidentes Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022). No caso do primeiro, determinou-se que o Estado Brasileiro se isentava do pedido de perdão àqueles que foram perseguidos pela ditadura. Já no governo Bolsonaro, militares foram integrados à Comissão e cerca de 95% dos pedidos de indenização avaliados foram indeferidos, inclusive o da ex-presidente da República, Dilma Rousseff (2011-2016). A professora explicou ao jornal que a Comissão de Anistia fará um trabalho de revisão dos processos negados nos últimos anos, especialmente daqueles em que houve apresentação de provas de perseguição. (Folha de S. Paulo – Política – 04/02/23).

3- A ausência de punição a militares nos atos golpistas de 8 de janeiro
Os jornais *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo* noticiaram que, no dia 03/02/2023, a Procuradoria-Geral da República (PGR) denunciou mais 152 pessoas por associação criminosa e incitação à animosidade das Forças Armadas contra os poderes constitucionais. Os denunciados foram detidos no acampamento em frente ao Quartel-General do Exército, em Brasília, no dia posterior aos ataques antidemocráticos de 8 de janeiro. Caso condenados, os detidos poderão pegar pena de até nove anos de prisão, além de terem que arcar com indenização por danos morais coletivos. Segundo a *Folha*, não consta nenhum militar entre os 653 denunciados pela PGR até o dia 08/02/2023, embora se torne cada vez mais evidente a omissão do Exército em atuar na desmobilização dos acampamentos golpistas em frente a prédios militares, como no caso do Quartel-General em Brasília. O jornal lembrou que, em dezembro de 2022, duas operações de desmobilização dos acampamentos foram suspensas pelo Exército. Além disso, a força impediu que a Polícia Militar adentrasse e prendesse os golpistas na noite de 8 de janeiro. Até o momento, o Ministério Público Militar iniciou oito investigações sobre o envolvimento de militares nos atos golpistas; porém, se trata de procedimento caracterizado como “notícia de fato” e não envolve qualquer denúncia. As apurações envolvem três possíveis envolvimentos de militares nos atos: a participação individual de membros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica; a omissão das Forças Armadas, como instituição, em conter as invasões; e o “suposto auxílio de militares do Exército na fuga de manifestantes após participação em atos antidemocráticos”. O jornal também divulgou parte da nota do Superior Tribunal Militar segundo a qual não há qualquer inquérito em andamento sobre a apuração de crimes militares no contexto dos ataques de 8 de janeiro. A *Folha* também ressaltou que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, mostrou-se desconfiado em relação à atuação das Forças Armadas no episódio golpista, fato que levou à troca do comando do Exército. Em

07/02/2023, Lula declarou que "lamentavelmente o Exército de Caxias foi transformado no Exército de Bolsonaro" e, segundo a *Folha*, o presidente aumentou os rumores de crise de confiança com a instituição militar, evidenciando o estado de politização das Forças Armadas. Em outra reportagem, a *Folha* destacou que os advogados do ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal e ex-ministro da Justiça, Anderson Torres, requisitaram ao Supremo Tribunal Federal a revogação de sua prisão. Entre os argumentos apresentados, os advogados pontuaram a negligência de militares do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) em conter os atos golpistas, fato que teria sido mencionado inclusive em declarações de Lula, de que não teria recebido de nenhum órgão de inteligência – Exército, GSI ou Agência Brasileira de Inteligência – qualquer reporte sobre a possibilidade de invasão dos prédios da capital federal. Em coluna opinativa para o *Correio*, o advogado Sacha Calmon apontou para a necessidade de “[...] fazer uma varredura nas Forças Armadas” e subordiná-las ao poder civil, como ocorre nos Estados Unidos. Calmon alertou para o fato de que os militares não se importaram em desfazer os acampamentos antidemocráticos em frente aos prédios das Forças Armadas e enfatizou que militares são servidores públicos e devem defender o país, e não ameaçar a democracia. Por outro lado, o ex-porta-voz da Presidência da República do governo Jair Bolsonaro (2019-2022), general da reserva Otávio Rêgo Barros, argumentou que o modelo de controle civil sobre os militares teorizado por Samuel Huntington, que se fundamenta na história dos Estados Unidos, dificilmente se aplica ao caso brasileiro. Em sua visão, o controle civil no Brasil requer “[...] compreensão mútua entre poder político e poder militar de que suas fortalezas e debilidades são comuns”. (*Correio Braziliense* – Opinião – 05/02/23; *Correio Braziliense* – Política – 05/02/23; *Folha de S. Paulo* – Política – 07/02/23; *Folha de S. Paulo* – Política – 08/02/23; *Folha de S. Paulo* – Opinião – 09/02/23; *Folha de S. Paulo* – Política – 09/02/23)

4- A atuação das Forças Armadas na crise humanitária na Terra Indígena Yanomami
Os jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* noticiaram os preparativos para a operação integrada de combate ao garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami, no estado de Roraima. Em 20/01/2023, o governo federal declarou emergência de saúde pública no local devido à alta incidência de doenças e mortes provocadas pela desassistência aos povos indígenas e pelo crescimento das áreas de garimpo ilegal na região. A *Folha* realizou um levantamento em documentos do Supremo Tribunal Federal e do Ministério Público Federal que revelou que, durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), as Forças Armadas se omitiram ou tiveram atuação insatisfatória em pelo menos sete ocasiões, fato que favoreceu a expansão das áreas de mineração ilegal. Em resposta à emergência humanitária, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ordenou uma operação conjunta para o combate ao garimpo ilegal, complementar às ações emergenciais do Ministério da Saúde. Segundo o *Correio*, o Ministério da Defesa organizou o Comando Operacional Conjunto das forças militares, que atuará em parceria com a Polícia Federal, por sua vez subordinada ao Ministério da Justiça e da Segurança Pública. A Força Aérea Brasileira (FAB) realizou voos de reconhecimento do terreno e detecção de áreas de garimpo e pistas de pouso, e o Comando de Operações Aeroespaciais instaurou a Zona de Identificação de Defesa Aérea (Zida), onde estão vigentes medidas de restrição do espaço aéreo, incluindo a interceptação de aeronaves suspeitas. De acordo com o *Correio*, a FAB estabeleceu três corredores aéreos para que

garimpeiros deixassem a Terra Indígena espontaneamente até o dia 13/02/2023. A ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, esteve na capital de Roraima, Boa Vista, e confirmou aos órgãos de imprensa que já havia indícios de fuga de garimpeiros, embora tenha relatado a preocupação de que tal retirada gerasse ainda mais violência na região. Segundo o *Estado*, há ainda o receio de que o movimento leve os garimpeiros a ocuparem outras áreas, como a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no estado de Roraima. O jornal informou que, desde 1985, houve um aumento de 1.200% na mineração em terras indígenas na Amazônia Legal, conforme dados da plataforma MapBiomas. Segundo o *Correio*, houve dificuldades na articulação dos esforços entre os diferentes órgãos e ministérios envolvidos na Operação Escudo Yanomami, o que levou integrantes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) relatarem problemas de interlocução com as forças militares e de segurança. O ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, justificou que a operação ainda estava em fase de planejamento e afirmou que todos os órgãos federais seriam ouvidos. Enfatizou que se trata de um esforço amplo e esclareceu que o papel das Forças Armadas é de “[...] apoio logístico e de segurança para os agentes responsáveis pelo fechamento e autuação dos garimpos, incumbência da Polícia Federal e dos fiscais do Ibama”, conforme publicado pelo *Correio*. O mesmo jornal noticiou que, além do ministro da Defesa, desembarcaram em Boa Vista no dia 08/02/2023, para acompanhar a operação integrada do governo federal, o ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Almeida, a presidente da Funai, Joenia Wapichana, os comandantes do Exército, Tomás Miguel Ribeiro Paiva, e da Aeronáutica, Marcelo Kanitz Damasceno, e o chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, Renato Rodrigues de Aguiar. Além da operação de combate ao garimpo ilegal, o *Correio* informou que a nova presidente da Funai pretende exonerar militares, policiais e apadrinhados políticos que ocupem cargos na fundação, substituindo-os por lideranças indígenas qualificadas para os respectivos postos de trabalho. (Correio Braziliense – Brasil – 04/02/23; Correio Braziliense – Opinião – 04/02/23; Correio Braziliense – Brasil – 05/02/23; Correio Braziliense – Brasil – 07/02/23; Correio Braziliense – Brasil – 08/02/23; Correio Braziliense – Brasil – 09/02/23; Folha de S. Paulo – Ambiente – 05/02/23; Folha de S. Paulo – Colunas e blogs – 05/02/23; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 06/02/23; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 07/02/23)

5- Cerimônia em Brasília marcou a troca de comando do Exército

A cerimônia de passagem de comando do Exército, do general Júlio César de Arruda para o general Tomás Miguel Ribeiro Paiva, noticiada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, contou com a presença do Alto Comando da Força, de ex-comandantes e de generais da reserva, como Eduardo Villas Bôas e Hamilton Mourão, e do ex-ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira. Segundo o jornal, a troca, determinada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ocorreu no contexto de tensão provocado pelos atos golpistas de 8 de janeiro; entretanto, não houve qualquer menção ao fato ou mesmo aos acampamentos golpistas em frente às instituições militares. Assim, a *Folha* avaliou que o Exército utilizou tal cerimônia, ocorrida em Brasília no dia 07/02/2023, “[...] para demonstrar internamente que a coesão e o espírito de corpo do generalato não foram afetados”. Em coluna opinativa para o periódico *O Estado de S. Paulo*, a jornalista Eliane Cantanhêde ponderou que alguns militares se renderam aos esforços de politização das Forças Armadas pelo ex-

presidente, Jair Bolsonaro (2019-2022), entre eles os generais Augusto Heleno Ribeiro Pereira, ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional, e Walter Braga Netto, ex-ministro da Defesa e candidato à vice-presidente na chapa de Bolsonaro em 2022. Também em coluna para o *Estado*, o general da reserva Fernando Rodrigues observou que a politização de militares coloca um problema fundamental para a coesão das Forças Armadas. Rodrigues discorreu sobre diferentes maneiras de envolvimento de militares na política, como aquelas previstas no Regulamento Disciplinar do Exército, e também outras formas de politização, tal qual a divulgação de notícias falsas com o intuito de causar consequências políticas. Em sua avaliação, o governo Bolsonaro frequentemente instrumentalizou as Forças Armadas para seus propósitos particulares, abalando a coesão interna da instituição. (Folha de S. Paulo – Política – 08/02/23; O Estado de S. Paulo – Política – 05/02/23; O Estado de S. Paulo – Espaço Aberto – 08/02/23)

6- Em entrevista, ex-ministro da Defesa avaliou politização das Forças Armadas

Em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, o senador Jaques Wagner, do Partido dos Trabalhadores (PT), avaliou que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, possui uma relação de confiança com o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, e com os comandantes militares. De acordo com Wagner, que comandou a pasta da Defesa em 2015, no governo de Dilma Rousseff (2011-2016), Lula deseja que as Forças Armadas retornem ao seu “leito natural”, referindo-se à sua missão constitucional. O senador avaliou que o ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022) tentou politizar as Forças Armadas e abriu espaço para que cumprissem a função de tutores da democracia brasileira. Também considerou que a operação Lava Jato e a cobertura midiática que buscou criminalizar o presidente Lula e o PT contribuíram para a politização das Forças. Ao ser questionado sobre ter arrependimento da escolha de Eduardo Villas Bôas para o comando do Exército na época em que chefiou a pasta da Defesa, Wagner negou tal fato, pontuando que o referido general “[...] foi um chefe muito competente, sempre teve liderança sobre a tropa”. (Folha de S. Paulo – Política – 08/02/23)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UFFRJ)

Supervisão

Ismara Izepe de Souza

Laura Meneghim Donadelli

Leonardo Pontes Vinhó

Equipe redação UNESP/Franca

Abrahão Henrique Alves de Lima (bolsista COPE)

Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco

Beatriz Grasiano Campos

Davi Campos Matos

Giovani Nunes de Aguiar

Grazielly Dourado Santos

Rodrigo Freitas de Souza

Thalia Cristina Vieira Lima